



Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 09 DE OUTUBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 1980
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Renato Bernardi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga e Waldyr Pugliesi (45), achando-se ausentes os Senhores Deputados Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Aguinaldo Pereira Lima, Carlos Zanlorenzi, José Tavares, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Romero Filho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (12). Em licença o Sr. Deputado João Elísio.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os números 238, 239, 240 e 241/80, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

58/80 — Do Sr. Deputado PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a CARITAS DIOCESANA DE JACAREZINHO, com sede e foro no Município de Jacarezinho, o qual convertido em Lei tomou o número 7363. — Anote-se. Arquite-se.

48/79 — Do Sr. Deputado EGON PUDELL, que eleva para treze (13) o número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o número 7364. — Anote-se. Arquite-se.

94/80 — Do PODER EXECUTIVO, que revoga os dispositivos das Leis números 7074, de 02/01/79 e 7122, de 26/04/79 (que proíbem aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício de atividade de natureza particular), o qual convertido

em Lei tomou o número 7365. — Anote-se. Arquite-se.

105/80 — Do PODER EXECUTIVO, que prorroga até trinta de setembro de 1982, os efeitos da Lei número 6547, de 06 de junho de 1974. (Código de vencimentos da PMEP), o qual convertido em Lei tomou o número 7366. — Anote-se. Arquite-se.

Do Sr. ROMEU PAULINO, que acusa o recebimento da cópia do requerimento aprovado por esta Casa, em Sessão Plenária de 22 de setembro último, inserido na Ata dos Trabalhos, a proposição do Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual FUAD NACLI, o voto de pesar pelo falecimento do seu filho ROMIR INÁCIO PAULINO. Solicita a Vossa Excelência que transmita aos demais Srs. Deputados, sinceros agradecimentos. Sensibilizado, agradece a Sua Excelência esta manifestação de solidariedade humana. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. HEINZ WITTITZ, ocorrido dia 08 de outubro do corrente ano, na cidade de Guaratuba.

Dr. Heinz Wittitz era farmacêutico e Vereador pelo PDS, atualmente ocupando o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, pelo que, o seu falecimento veio causar enorme consternação à população daquela importante cidade.

Além de político, era homem do comércio, pessoa dotada de profundo espírito humanitário, atributos que o faziam grandemente estimado na sociedade de Guaratuba, que hoje se entristece com o seu desaparecimento.

Requer outrossim, que a decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Apoiamto: ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de regozijo pela passagem do 33º aniversário do Município de Cambé, dia 11 do corrente mês.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência ao Excelentíssimo Sr. Jehovah Almeida Gomes, Prefeito Municipal, assim como ao Presidente da Câmara de Vereadores do município.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1980.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e atendendo as formalidades regimentais, REQUER a expedição de telex ao Ministro da Previdência Social, ao Ministro da Saúde, às Superintendências Regionais do Paraná, pleiteando instalação urgente

de Agência do FUNRURAL no Município de Toledo, uma vez que a simples representação hoje existente está por demais distante das necessidades da micro-região, não correspondendo às aspirações dos contribuintes beneficiários, muito menos aos que eventualmente prescindem de meras certidões de quitação ou de outras questões burocráticas, que se encontram na contingência de aguardar dias e dias, entravando assim as atividades de pessoas e empresas.

Pede-se a remessa de cópias à Associação Comercial e Industrial de Toledo, como à Câmara Municipal do mesmo município.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

A Assistência e segurança previdenciária ao rurícola nacional, têm, no FUNRURAL, uma das esperanças para ministrar sua luta pela sobrevivência durante e após a fase produtiva das próprias energias pessoais.

Mas como órgão de controle e fiscalização do FUNRURAL, o que existe na grande maioria dos municípios brasileiros, não vai além de um simples representante, na maioria das vezes sem a mínima estrutura administrativa.

A exigência do CQ (Certificado de Quitação), como documento indispensável ao agricultor para tratar de negócios imobiliários em geral e cessão de imóveis ou mesmo transferência.

Este CQ deve ser requerido nas Agências da Previdência Social, quando se tratar de contribuinte na área urbana, e nas Representações Rurais da Previdência para os contribuintes da área rural, e segundo o IAPAS, o prazo para entrega é de 48 horas após ser requerido, sem qualquer despesa ao interessado.

No entanto, os representantes do FUNRURAL não possuem atribuições para despachar e fornecer esses certificados. Quando muito, podem encaminhar os requerimentos à Agência mais próxima do FUNRURAL.

O que vem ocorrendo no Município de Toledo, por exemplo, como também em outros municípios da região, é que o representante tem que se dirigir até Cascavel ou então, os próprios interessados devem deslocar-se até aquela cidade, para conseguir o CQ.

Por isso mesmo, a criação de uma Agência do FUNRURAL em Toledo, conforme solicita a Associação Comercial e Industrial de Toledo, é necessária, para melhor atendimento aos contribuintes do município e também de outros, aliviando assim, a carga de serviços existentes na Agência de Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, voto de regozijo pela passagem do Dia Internacional do Leonismo, que transcorreu ontem.

A Associação do Lions Clube é a consolidação de diversos clubes independentes, em bloco forte e influente para servir à humanidade.

Sua fundação ocorreu na convenção reunida em Dallas, Texas, em 08 de outubro de 1917, por Melvin Jones.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1980.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

Queremos salientar, nesta justificativa, os seguintes objetivos do Leonismo Internacional:

- Criar e fomentar o espírito de compreensão entre os povos da terra.
- Promover os princípios de bom governo e boa cidadania.
- Interessar-se ativamente pelo bem estar cívico, cultural,

social e moral da comunidade.

— Unir os clubes com laços de amizade, bom companheirismo e compreensão recíproca.

— Promover um fórum para livre discussão dos assuntos de interesse público, excetuando-se os assuntos de ordem política e religiosa, os quais não devem ser discutidos pelos sócios do clube.

— Estimular os homens de mentalidade de serviço a servir suas comunidades sem recompensa financeira pessoal e estimular a eficiência e promover elevado padrão de ética no comércio, indústria, profissões, serviços públicos e empreendimentos privados.

Da decisão do Plenário, solicitamos seja dado ciência à Associação Internacional do Lions Club, ao Governador Salem Chamma do Distrito L 6 e aos Presidentes de todos os clubes deste Distrito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. INGO HUBERT, Mui Digno Presidente da SANEPAR, no sentido de estender a rede de água no Bairro Brasmadeira em Cascavel.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma vila residencial de grande população, onde funciona um colégio com 700 alunos matriculados, sem contar o ensino fundamental que também funciona no mesmo estabelecimento, a Escola Nossa Senhora da Salete.

Centenas de casas que abrigam assalariados e famílias de baixa renda e dentro em breve será agregada a essa população quase 300 casas populares, que estão sendo construídas pela COHAPAR dentro do sistema do BNH.

Recentemente foi criada a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro, que envolve três loteamentos, além do Brasmadeira em si, e já há um amplo movimento popular no sentido de conscientização das formas reivindicatórias e esclarecimento das questões globais de seus direitos.

Além do fato acima, a SANEPAR assumiu o encargo de promover o abastecimento de água à população da cidade e construção da rede de esgotos, cujo contrato data de 1968, e somente ultimamente a água vem atingindo parcela da população nas camadas de poder aquisitivo privilegiado. E, quanto ao esgoto, ainda não há conclusão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que subscreve o presente requerimento, usando de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER, sejam enviados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Interior, Prefeito Municipal de Maringá e Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, solicitando informações sobre o preenchimento das condições legais no processo que transferiu o serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1980.

a) RENATO BERNARDI

JUSTIFICATIVA:

Desde o momento em que se instalou no Município de Maringá a gestão do Sr. João Paulino Vieira Filho, houve sistemáticas tentativas de se transferir o serviço de água e esgoto, mantido pela CODEMAR, companhia de economia mista municipal, fundada em 1962, na primeira gestão do mesmo Prefeito, para a SANEPAR.

A comunidade maringaense sempre reagiu à idéia por entender que a CODEMAR atendia às necessidades do município.

Além do mais, o abastecimento de água estaria garantido

até o ano 2.000, segundo afirmações reiteradas do próprio Prefeito Municipal.

Tal patrimônio foi erguido com recursos do povo. Por isso, uma Lei Municipal de 1962, concedeu a exploração exclusiva dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário por cinquenta anos, caducando o prazo em 01 de janeiro de 2013.

Esta lei não foi revogada.

Paralelamente, a Prefeitura faz aprovar uma lei, com maioria simples, objeto de pendência judicial e antes da Lei Complementar número 09, transferindo a concessão e o acervo da CODEMAR para a SANEPAR, com a garantia de que não haveria alteração da qualidade dos serviços prestados.

Entre outros pontos de entendimento, foi acertado que somente poderia haver ALTERAÇÃO TARIFÁRIA decorrente de investimentos, realmente realizados pela SANEPAR que se comprometia, pela palavra do Prefeito, em Cr\$ 600 milhões, imediatos.

Nem um centavo foi investido, exceto em publicidade.

Se dinheiro não foi posto, muito dinheiro está sendo cobrado em retorno. As tarifas sofreram um reajuste confessado de 70 por cento na água e de 70 por cento no esgoto, em apenas 30 dias, segundo a SANEPAR.

A realidade mostra, entretanto, que tal percentual não é verdadeiro: o aumento das tarifas tem oscilado pela casa dos 180 por cento a 200 por cento.

Ora, a CODEMAR já havia reajustado as tarifas anteriormente. Se são taxas, devem corresponder a um custo de serviços prestados. A CODEMAR não era deficitária. Por que então os abusivos aumentos?

A população de Maringá está revoltada, e com toda razão.

O clima na cidade é de franca revolta. Dois vereadores do PDS, responsáveis pela aprovação da matéria (transferência dos serviços), foram ameaçados de agressão por populares, em pleno recinto da Câmara.

Faz-se mister um esclarecimento das autoridades competentes e que o direito do povo não seja violado. O que dizer da campanha pela contenção da inflação, quando as próprias autoridades são as grandes responsáveis pelo encarecimento do custo dos bens essenciais?

Como pode um trabalhador de salário próximo ao mínimo, pagar Cr\$ 445,00 (10 por cento do salário mínimo) de tarifa de água, quando no mês anterior, consumindo 16 metros cúbicos, pagou Cr\$ 147,20, e agora, consumindo 26 metros cúbicos vai pagar Cr\$ 445,00?

O trabalhador deve ser respeitado por todos. A SANEPAR não pode ser exceção. Principalmente porque o seu capital é do povo, e portanto, da classe trabalhadora, agente direto e principal da produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. EDSON MACHADO DE SOUZA, DD. Secretário da Educação; LUIZ ROBERTO SOARES, DD. Secretário da Cultura e do Esporte; GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO, DD. Superintendente da FUNDEPAR, e INGO HUBERT, DD. Presidente da SANEPAR, solicitando a construção de um muro, cancha de esportes e ligação de água na Escola Nossa Senhora Salete, no Bairro Brasmadeira, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Bairro Brasmadeira é um dos mais antigos da cidade, visto que ali possuíam duas grandes serrarias no passado, e com

o escasseamento da matéria prima, a população começou a se sedimentar em ritmo crescente ao ponto de se constituir num dos bairros sólidos de Cascavel.

Nos últimos dez anos, o crescimento demográfico aumentou assustadoramente, principalmente devido às ligações asfálticas que demandam a Corbélia, Campo Mourão, e Norte do Paraná, além do trecho específico unindo Toledo a Cascavel, veia que corta o bairro longitudinalmente.

Vários loteamentos surgiram nas imediações, e hoje constituem um aglomerado praticamente separado da cidade, composto das Vilas Interlagos, Brasmadeira, Consolata e Clarito. Nesse último, estão em fase final de construção quase 300 unidades habitacionais populares, construídas pela COHAPAR através do Banco Nacional de Habitação.

Para servir este complexo populoso de vilas, há uma única escola, que por sinal é mantida pelo Município de Cascavel, cujo dispêndio financeiro, somado aos inúmeros estabelecimentos municipais, acarreta uma verdadeira sangria nos recursos da municipalidade.

Um aspecto importante a ser levado em conta, é que Cascavel, por ser centro aglutinador da região do extremo oeste do Estado, assume os encargos da macro-agricultura e do conseqüente êxodo rural, constituindo por isso um sacrifício acima de suas possibilidades reais.

A escola acima referida, apesar de ser uma unidade em alvenaria, não possui qualquer benfeitoria que possa protegê-la da ação predatória de terceiros, visto que apenas uma precária cerca de ripas de velhas madeiras quase totalmente danificadas, serve de proteção à mencionada escola.

Os quase mil alunos que ali estudam, não dispõem sequer de água potável, e um poço para tal serviço, somente agora está sendo aberto.

Não há, inclusive, qualquer área de lazer, e os estudantes, nos intervalos de aulas e durante o recreio, permanecem na completa ociosidade, freqüentando bares que circundam a escola, o que equivale dizer, expostos aos diferentes contatos com estranhos e em permanente risco dos vícios que hoje vive a sociedade.

Por essa razão, é urgente a participação do Estado, através de convênio ou repasse de verba, para construir, não só um muro, mas também um poço que forneça água suficiente, e ainda, uma cancha de esportes que satisfaça as exigências da situação exposta.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 144/80

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão mensal especial, correspondente ao valor de um (01) salário mínimo vigente na Capital do Estado, à Senhora ELSA ALMEIDA DE CARVALHO, viúva do ex-Servidor do Estado, Sr. Jovino Pereira de Carvalho.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão à conta da dotação própria programada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A pensão mensal especial que se pretende instituir, vem reparar flagrante injustiça que a legislação comete contra a viúva de um ex-servidor público, falecido em 1948. À época do seu falecimento, inexistia o Instituto de Previdência do Estado, restando que, os funcionários então, não contribuíam para a formação de pecúlio e/ou pensão.

A própria informação do Departamento de Previdência do IPE, anexada ao presente plano de lei, em seu item "c", menciona como única possibilidade de amparo, a edição de lei "a exemplo de inúmeras que foram votadas pela Assembléia Legislativa", concessiva do benefício pleiteado.

Adite-se ainda, que o óbito deu-se em serviço, como faz certa a informação oficial constante da Certidão 2794, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, que em parte transcrevemos:

"Falecido em 10/05/48, de acordo com comunicado feito pelo Ofício 159" (anexo).

Assim, nada mais justa a reparação conferindo ao presente plano de lei um grande alcance social.

Para tanto, contamos com o apoio necessário para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N.º 145/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS ROTARIANAS — Casa da Amizade de Faxinal, com sede e foro na cidade de Faxinal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços no campo da assistência social e da filantropia junto à comunidade de Faxinal.

O reconhecimento público municipal já foi consagrado através da Lei Municipal n.º 222/80, de 30 de junho de 1980, conforme fotocópia anexa.

A documentação que anexamos ao presente comprovam o preenchimento das exigências legais previstas ao reconhecimento público estadual, o que estamos propondo aos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa suspende a sessão por alguns minutos, tendo em vista a presença, no Salão Nobre deste Poder, do Sr. Secretário dos Recursos Humanos e do Sr. Secretário Chefe da Casa Civil que vêm fazer a entrega, neste Poder, da Mensagem de aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Convido os Srs. Deputados para comparecerem no Salão Nobre.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Declaro reaberta a sessão, concedendo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estou na tribuna a fim de encaminhar um requerimento aos Srs. Secretários do Interior, Presidente da SANEPAR e Prefeito Municipal de Maringá, solicitando informações sobre a situação do serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário da cidade.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há questão de 60 dias, através de uma lei municipal conturbada, polêmica e tumultuada, finalmente a Câmara de Maringá, depois de cinco tentativas sucessivas do Poder Executivo, aprovou uma lei transferindo o serviço de água, o serviço autárquico de água e esgoto de Maringá, para a responsabilidade da SANEPAR. E ela, tinha se comprometido a não aumentar as tarifas enquanto não fizesse os investimentos equivalentes.

Para surpresa nossa, Sr. Presidente, e aqui anexamos comprovantes de taíões de cobrança, no último mês do serviço municipal: 147 cruzeiros, no primeiro mês do serviço estadual da SANEPAR, 445 cruzeiros na mesma residência pelo mesmo consumo de água e coleta de esgoto; outro caso, no último mês, 224 cruzeiros o serviço municipal, primeiro mês do serviço estadual, 443 cruzeiros, representando, Sr. Presidente, um aumento em alguns casos de 300 por cento.

Ora, vem a grande indagação: como este Governo pretende, o combate à inflação, como pretende melhorar a qualidade de vida do povo, se ele mesmo, através dos seus órgãos, na cobrança das taxas dos serviços essenciais como o abastecimento de água, em apenas 30 dias, onera o bolso do trabalhador em tarifas com o acréscimo de 300 por cento?

Como pode um trabalhador pagar apenas pela tarifa de água o equivalente a 11 por cento do salário mínimo?

E nós encaminhamos também uma justificativa que entendemos ser de suma importância que as autoridades, tanto municipais, como estaduais e principalmente os técnicos da SANEPAR venham a público para dar uma satisfação à população de Maringá, que se sente extremamente revoltada, e fazendo com que inclusive a segurança física de alguns Vereadores do PDS, responsáveis pela transferência e por este estado de coisas seja colocada em risco, porque não tendo mais a quem apelar, os consumidores estão resolvendo apelar, inclusive para a justiça feita com as próprias mãos.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Um Delegado de Primeira Classe, no Paraná, tem seu vencimento básico fixado em dezoito mil, quinhentos e quarenta e três cruzeiros, chegando a quarenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco cruzeiros, somados o tempo integral e dedicação exclusiva e o risco de vida.

No Ceará, um Estado potencialmente e territorialmente menor, um Delegado de Polícia de primeira classe ganha vinte e seis mil, quatrocentos cruzeiros de vencimento básico, mais quarenta por cento de risco de vida, mais sessenta por cento de abono policial e mais treze mil cruzeiros de chefia, totalizando setenta e três mil, cento e noventa e dois cruzeiros. Diferença em favor do Delegado de Polícia do Ceará: vinte e seis mil, duzentos e dezessete cruzeiros.

Em Santa Catarina, um Delegado de Primeira Classe, assim considerado o padrão dez, ganha oitenta mil, cento e trinta e três cruzeiros, somados os seus vencimentos básicos e a representação.

O de São Paulo ganha setenta e três mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros, quase trinta mil cruzeiros a mais em relação ao Delegado de Polícia do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao longo de nossa carreira política, no desempenho de nossas atividades como jornalista, nunca nos furtamos às críticas ao setor da segurança pública, condenando os desmandos e a violência praticados por alguns poucos maus policiais, ou a ineficiência dos nossos organismos policiais ante determinadas situações.

Há que se reconhecer, é claro que essa é a exceção, não a regra, porque mesmo nas mais bem estruturadas organizações policiais do mundo ocorrem igualmente situações desgastantes.

E o mesmo não poderíamos esperar que não ocorresse no setor de Segurança Pública do Paraná, um organismo de grande responsabilidade, mas cujos integrantes, em sua quase maioria absoluta, ao longo dos anos, está marginalizada pelo próprio Poder público, ou quase marginalizada.

Nós que sempre criticamos, assumimos hoje a tribuna para fazer um apelo ao Sr. Governador Ney Braga no sentido de que seja o primeiro Governador do Paraná a olhar com mais carinho a situação por que passam os delegados de Polícia, os agentes, investigadores, motoristas, os órfãos e viúvas de policiais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É realmente crítica a situação do pessoal que presta serviços na área de Segurança Pública Estadual de uma forma ou de outra são funcionários públicos que expõem suas vidas, estão expostos a uma série de sacrifícios em nome da comunidade.

São pagos para isso, mas devemos reconhecer, sempre foram mal pagos, porque até hoje, seus méritos não foram reconhecidos.

Se é verdade que são cometidos desmandos, se há ineficiência, é verdade, também, que os Delegados de Polícia, agentes e motoristas privam de uma situação financeira das mais críticas.

E nós indagamos: como é que se espera um trabalho eficiente ou eficaz quando o elemento humano se vê às voltas com uma série de problemas de caráter financeiro, com as naturais conseqüências no campo da habitação, da saúde, da educação, da alimentação?

Uma máquina mal cuidada, mal tratada, não produz o esperado. É uma máquina emperrada.

Na verdade, ao fazermos um comparativo, o Paraná é o Estado que mais mal paga, em que pese o seu potencial econômico, os integrantes da sua organização policial.

Citamos apenas o caso dos Delegados de Primeira Classe.

Pior do que eles se encontram os agentes de segurança, cujos vencimentos são da ordem de quatro mil, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros, e os motoristas policiais, que percebem menos do que o salário mínimo, ou seja, três mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros e mais o percentual do tempo integral.

Como vemos, é uma situação delicadíssima, porque está em jogo a própria segurança da comunidade.

Uma situação, com uma agravante, quando se trata das pensões de órfãos e viúvas: eles percebem apenas cinquenta por cento do vencimento, excluídas as vantagens auferidas pelos seus maridos quando no exercício de suas funções.

Assim é que, morrendo o policial até mesmo no cumprimento de seus deveres, a viúva de um Delegado de Primeira Classe perceberá pouco mais de oito mil cruzeiros por mês, enquanto que a de um agente de segurança perceberá dois mil cruzeiros, e a de um motorista policial cerca de um mil e quinhentos cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Além de tudo o que apontamos, a classe policial do Paraná reivindica há vários anos o seu Estatuto da Polícia Civil, documento que dá garantias ao policial, tais como a estabilidade no interior, e vantagens em caso de deslocamento.

Dada a situação, como dissemos anteriormente, crítica do nosso policial civil, estamos fazendo um apelo ao Governador Ney Braga, que por tantas vezes tem demonstrado sua sensibilidade no trato com os problemas do nosso Estado e de sua população, no sentido de que determine medidas realmente capazes de solucionar definitivamente essa delicada situação, através de sua Secretaria de Recursos Humanos.

Definitivamente, não podem os nossos policiais permanecerem com seus vencimentos tão humilhantes.

É preciso uma solução salarial para os integrantes da nossa Polícia Civil, porque, em caso contrário, poderá ocorrer um novo impasse, uma nova crise, a exemplo do que ocorreu no ano passado. E em sã consciência, ninguém deseja que tal aconteça."

A situação do policial militar, em nosso Estado, também é crítica e há necessidade que se olhe um pouco pelos nossos milicianos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro, inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É do conhecimento de todos nós que a grave crise por que atravessam todas as nações: desenvolvidas, sub-desenvolvidas ou em desenvolvimento, tem ingerência direta na situação econômica que assola o Brasil da atualidade.

Todos os mandatários estão seriamente preocupados com a situação.

Ora, se o Paraná faz parte desta Pátria, logicamente tem que assumir a parte da conseqüência que lhe cabe.

Desta forma, temos que consentir e aceitar que ao se programar um aumento nas despesas tem que se fazer, dentro das reais condições da receita.

Com esta colocação, queremos, neste momento, deixar claro e patente de que o aumento que está sendo proposto pelo Governador principalmente aos professores, que hoje reivindicam uma melhoria em seus salários, se não foi o pretendido e até certo ponto justo, foi o razoável possível e o que o erário público pode arcar, sem empanar a realização de outros empreendimentos, também estritamente necessários, para a promoção do bem comum.

O Sr. Secretário da Educação, ontem pela televisão, demonstrou a preocupação que o Governo Ney Braga teve, tem e sempre terá com essa honrada classe de quem o Paraná tem precisado e tanto deve.

Ao tomarmos conhecimento da mensagem do aumento salarial dos professores, que tornamos a afirmar: Não o pretendido, mas o razoável, pois sabemos que mais de cinquenta por cento dos professores em exercício têm 2 padrões; um deles sempre de nível mais elevado, e os que não os tem estando na carreira, poderão adquiri-los.

E, essa duplicidade de padrão vai proporcionar ao professor, a partir de janeiro (tomando-se por base o nível 5 e o nível 1) um salário de no mínimo Cr\$ 40.000,00.

Apresentando, assim uma melhoria substancial nos seus vencimentos.

E, diante disso, queremos fazer um apelo aos professores: que voltem às salas de aula.

O ensino brasileiro e as nossas crianças, necessitam deles. Isto sem prejuízo de continuarem a reivindicar o que é justo e honesto. Pois o Governo Ney Braga, tem demonstrado através dos tempos, uma grande sensibilidade para as justas causas do funcionalismo e principalmente dos professores.

Entendemos que o momento é de grande responsabilidade para todos os brasileiros, tanto para os dirigentes como para os dirigidos, exigindo, assim, diálogo e compreensão.

E, diálogo e compreensão são próprios dos homens inteligentes. E, inteligentes são as nossas medidas de compreensão e tolerância, quando isso beneficia uma maioria.

Queremos estender este apelo aos pais dos alunos, que mandem seus filhos às escolas, pois a grande maioria dos professores estão em atividade é a minoria que não está; eu apelo mais uma vez, que retornem às atividades, para o bem do Brasil e do ensino brasileiro."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélcio Tolentino, inscrito.

O. SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem ocupávamos esta tribuna para falarmos sobre o problema gerado pela derrogação da lei que estabeleceu o programa de assistência social.

Quando da sua instituição nós prevíamos que provavelmente seria usada esta forma de adição salarial, como meta política de elevação salarial, com base nas elevações ou nas variações do salário-mínimo regional. E foi pretencioso o nosso pensamento. Porque hoje esta parcela caiu e o funcionário público só terá direito a uma elevação de vencimento, uma única vez ao ano. E agora há poucos minutos, recebíamos Suas Excelências o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, e o Chefe da Casa Civil. E a nossa preocupação já com a notícia de elevação do vencimento do funcionalismo, transmitida pela imprensa, é de que essa elevação salarial, ou de vencimentos do funcionalismo, seria de 72 por cento. E aliás uma das justificativas do Governo, é que a Fundação Getúlio Vargas, através de pesquisa da elevação do custo de vida, já no mês de setembro, consignava 54,3 por cento de elevação no custo de vida. E nós sabemos das dúvidas e das incertezas que campeiam os números desta Fundação, quando em 1973, o Sr. Ministro, hoje do Planejamento, já manipulava com números para criar uma dificuldade na elevação dos salários básicos regionais, de toda a classe trabalhadora, brasileira. Daí a nossa dúvida fundada.

Mas, Sr. Presidente, se até setembro, já havia uma defasagem salarial, prevista com base no fim do ano passado, de 54,3 por cento, então se pergunta, Sr. Presidente, até o final do ano, pelo menos cálculos salariais, com base nos mesmos índices de elevação do custo de vida, o funcionário público, quando muito terá equiparado ao primeiro dia do mês de janeiro de 81, um índice inflacionário e tão somente um índice inflacionário, que ele já vem suportando a seis por cento ao mês, durante todo o ano corrente.

Sr. Presidente, o que nos faz estranhar, é que os cálculos de fim de ano, para vigorar até o ano seguinte, dão ao funcionário apenas o alento de que, no mês de janeiro, apesar da elevação do vencimento, já se inicia com defasagem salarial.

E eu pergunto: os anos de 79 e os anos anteriores a 79, em que há um verdadeiro, real, indiscutível achatamento salarial, quem paga? O servidor público e o trabalhador no seu campo de luta de prestação de serviço.

Quero concluir, Sr. Presidente, que este é um drama da sociedade brasileira, e especificamente do funcionário público, não só do Estado do Paraná, mas, sobretudo, do Estado do Paraná.

E nesse contexto não é o funcionário público do quadro único do Poder Executivo, de todos os poderes e também da classe do magistério, que está jungida no mesmo processo.

Sr. Presidente, não podemos, com todo o esforço e pode até ocorrer uma muito boa vontade, mas isto não basta para satisfazer as necessidades básicas de alimentação, vestuário, e os encargos de família que o funcionalismo público, hoje, carrega, como peso deste regime draconiano.

Sr. Presidente, deixo aqui esta primeira impressão, para voltar, oportunamente, a tratar do tema "Elevação de Vencimentos do Funcionalismo Público", como outros relacionados à reestruturação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O movimento desencadeado pelo professorado paranaense não chegou de surpresa, pois antes dele inúmeras foram as assembleias e reuniões da classe.

Desta tribuna já havíamos alertado esta Casa, quando alguns meses atrás procedemos a leitura do memorial enviado pelos professores ao Governador Ney Braga.

Depois disso os professores estiveram nesta Assembleia Legislativa pedindo o apoio dos Srs. Deputados.

Neste início de semana tentamos conhecer mais de perto as causas, quando foi requerida a convocação do Sr. Secretário.

Foi incrível, mas ela foi negada pela maioria governista.

E o Secretário deixou de vir prestar as informações aos representantes do povo, nesta Casa que é a "Casa do Povo".

Deixou de vir aqui para falar de graça, sem nenhuma despesa para os cofres públicos. Só que aqui não poderia vender imagem falsa, não poderia divagar e nem fazer fantasia.

Assim preferiu o Secretário partir para o monólogo.

No caríssimo horário nobre da televisão, ontem apareceu o Secretário da Educação falando por uma rede de emissoras.

Foi dizer ao povo que qualquer movimento reivindicatório é justo, mas que a preocupação do Governo está na natureza e na forma como se desenvolve o movimento dos professores.

Contudo não disse qual o defeito de forma ou de natureza.

Continuou afirmando que tal movimento perturba a sociedade, sem dizer o modo dessa perturbação, para arrematar que a aspiração dos professores é justa e procedente.

É como costuma dizer o mestre Nicanor: "que viva o rei e morra o povo".

Depois tentou justificar que a classe tem recebido muitos benefícios no atual Governo, começando a falar na melhoria dos níveis e arrematou com a surrada expressão: além de vários outros benefícios.

Tencionou falar em líderes da greve; mas acabou patinando e preferiu não avançar muito o sinal.

Contou que no ano que vem haverá um aumento para o professor a partir de setenta e dois por cento, justificando que essa deverá ser a elevação do custo de vida até lá.

Depois foi ridículo: começou a impressionar o telespectador com a informação de que o professor do nível 5, com 20 anos de serviço e detentor de 2 padrões, ganha acima de sessenta mil cruzeiros. Mas deixou de mencionar o percentual dos professores que percebem esse salário.

Não falou sobre os professores das 4 primeiras séries do 1.º grau quase todos normalistas que tentam viver com um salário de pouco mais de cinco mil cruzeiros.

Pretendeu o Sr. Edson Machado muito mais confundir do que explicar.

O que pretendeu na verdade o Sr. Edson Machado foi criar uma imagem negativa do professor, jogando contra o professor a opinião pública.

Em nenhum momento falou no piso salarial.

Só pede piso salarial quem ganha menos do que o necessário para viver com um mínimo de conforto.

E ele não falou no piso salarial, mas esmerou-se em pintar uma falsa imagem dos ganhos acima dos sessenta mil.

E também não falou o Sr. Secretário no pedido da classe pelo reajuste semestral.

Falou que a inflação em setembro chegou a mais de 54 por cento, mas não explicou como o professor que ganhava pouco mais de 5 mil em janeiro - conseguiu continuar vivendo até setembro, já que o aumento foi só na inflação e não no seu salário.

Contudo quem assistiu o programa pela rede de televisão, percebeu que o Secretário da Educação estava despreparado para explicar e por isso tentou fazer confusão.

Aliás, este novo fracasso do Sr. Edson Machado em nada me surpreendeu.

Já no mês de maio, quando li sua afirmação de que era contra o ensino público e gratuito no nível superior e que

afirmava ser impossível a federalização das nossas universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, eu já havia pensado baixinho o que hoje penso em voz alta: está na hora do Sr. Edson Machado dar a sua contribuição em favor da educação. Só lhe resta um caminho para isso: demitir-se ... e voltar para sua casa."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Srs. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A situação do ensino no Paraná e em todo o Brasil, é uma situação de calamidade pública, mas, quero me ater ao caso que já denunciei desta tribuna e ao Paraná: o caso da Fundação Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, que é ligada, umbilicalmente, à Associação Paranaense de Ensino Superior, fundadora de escolas fantasmas, continua da mesma maneira que estava há dias atrás.

Aliás, a saúde da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana vai mal, está moribunda.

E Sua Excelência, o Sr. Secretário da Educação, até agora, nada falou a respeito da ação da APES do Paraná, e muito menos, da situação da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

O MEC congelou as contas bancárias da Universidade Municipal de Assis Chateaubriand. No entanto, o Sr. Secretário da Educação nada fez e nem se posicionou a respeito dos dois casos: Assis Chateaubriand e Apucarana.

E como a situação em Apucarana é tensa, a sociedade, a cidade exige um posicionamento sério do Sr. Governador do Estado e do Sr. Secretário da Educação. Pois amanhã haverá mais uma assembléia de 1.200 estudantes que aderiram à greve para ver o que fazer, que posicionamento assumir a partir da próxima semana, pois o tempo está trabalhando contra todos. Só trabalha a favor do Diretor da Fundação de Apucarana que, ontem ainda, enconstando um caminhão na Fundação Estadual, retirou de lá máquinas de escrever, carteiras, bebedouro de água, arquivos e levou para a sua faculdade particular. E nada de providências imediatas.

Os homens que deveriam estar na cadeia, ainda estão libertos em Apucarana e fazendo ameaças.

O Sr. José Roberto Pacheco Franco, funcionário da gráfica, que tem um depoimento muito importante a dar a respeito da "gang" maluca de Apucarana, foi este manhã ameaçado por um assecla do diretor, que foi à sua casa e disse na frente de sua mulher e de seus filhos, que se ele continuasse disposto a denunciar toda a bandalheira que houve na faculdade, que eles iriam matá-lo. E que o Sr. Sílvio Moraes Camargo Júnior, já matou um cidadão em Catanduvas a mando do ex-Prefeito ou do Prefeito de Catanduvas, e que para matar mais um ou 2 não tem problema.

Mas, nós estamos vendo mentiras de todo o tamanho, quando as respostas deveriam ser a ação.

Mas, como diz o mestre conselheiro do Sertão da Orti-gueira "Monteiro" que caçador de caça miúda, que usa bocô de pelo e tirador de terço, só sabe é mentir". E nós estamos vendo que o Secretário da Educação é um caçador de caça miúda, usa bocô de pelo e é mentiroso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A história muitas vezes, ao registrar simplesmente os fatos, parece até fazer ironias.

Em 1961, pelo Governo, então Governo de Jânio da Silva Quadros, foi condecorado um homem que ao ser assassinado, passou para a história da América Latina, Ernesto Guevara de Lacerda, assassinado em 9 de outubro de 1967.

Um ano após, a República do Peru, através do seu ex-Presidente Velasco de Alvarado, proclama "O Dia Nacional da Dignidade do Povo Peruano", em que expulsou todo o Poder imperialista desde a General Motors à Ford, e nacionalizou várias minas, e promulgou a reforma agrária no Peru.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com satisfação que ao subir a esta tribuna, nesta tarde, venho ao encontro do desejo muitas vezes manifestado por Parlamentares desta Casa, inclusive pelo nobre Líder do PDS, bem como Deputado Gabriel Manoel, Deputado Lázaro Dumont, em ouvir deste Parlamentar pronunciamento sobre o regime de Fidel Castro, na famosa ilha proibida.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida, nobre Deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me chamou ao debate, e eu gostaria ...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo após eu concederei o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Mas eu gostaria que Vossa Excelência me concedesse o aparte.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, me assegure a palavra, que concederei o aparte logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado, Sr. Presidente. Logo em seguida, com muito prazer cederei todos os apartes necessários.

É do conhecimento dos Parlamentares desta Casa, que estivemos integrando uma comitiva em visita oficial à Ilha proibida de Cuba e jamais passou por nossa intenção fazer desta privilegiada oportunidade, um segredo do que lá vimos e sentimos.

E gostaríamos logo contradizer àqueles que acham que uma simples visita dessas poderia ser suspeita no sentido de acusar de comunista aquele que viaja a Cuba.

Porque o próprio Presidente do Congresso ou da Câmara dos Deputados está viajando agora a Moscou e temos absoluta certeza que não voltará de lá comunista.

Mas foi pela primeira vez que Deputados brasileiros visitaram em caráter oficial o País menos alinhado da América Latina.

E Fidel Castro é muitas vezes apontado por Parlamentares como sendo o protótipo de uma ditadura cruel, sanguinária, cujo regime deve ser proscrito a bem das liberdades democráticas da América Latina.

Mas é de lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de Cuba que trazemos paradoxalmente várias informações e que foram atentamente ouvidas pelo General João Baptista Figueiredo, Presidente da República.

E realmente Cuba é um País pobre em recursos naturais, basta constatar que não possui fontes de energia hidrelétrica, dadas as condições topográficas da Ilha. Toda a energia elétrica é gerada à base de petróleo importado através portanto, de termo-elétricas. Não possui uma pecuária satisfatória, com exceção da criação de gado leiteiro recentemente introduzido. Importa o trigo para o pão de cada dia. Importa automóveis,

inclusive da Argentina, salvando assim a crise da indústria automobilística da Argentina.

Estas e outras importações devem ser contrabalançadas pelas únicas exportações de cana-de-açúcar, tabaco e níquel. Ainda assim, nessas condições rudimentares, trazemos informação que Cuba é uma experiência válida para o povo cubano, porque eles conseguiram distribuir a pobreza entre todos os seus habitantes.

Não há analfabetos em Cuba e todos os sindicalizados possuem o nível primário de instrução.

A meta é de que de 1980 a 85 os sindicalizados tenham o segundo grau completo.

Em termos de mortalidade infantil, pode-se constatar que o índice hoje anda em torno de 19 mortes de recém nascidos por mil nascimentos.

Em termos de comparação, existe no Brasil algumas capitais do Nordeste em que este índice supera em muito a casa dos 200 óbitos por mil nascimentos.

Outro aspecto que levarei ao Presidente da República, é que os administradores cubanos são altamente competentes. Fomos recebidos pelo Ministro da Indústria e do Comércio, da Saúde, da Educação, das Relações Exteriores, pelo Presidente da Assembléia Nacional do Poder Popular, pelo Governador de Havana, e todos deixaram a nítida impressão de uma alta capacidade administrativa.

A educação e a saúde são tratados com o mais alto interesse pelo Estado.

Os obreiros, ou seja, os que recebem os mais baixos salários ganham por mês 160 pesos. Um peso hoje está cotado em um dólar e meio. Por mês, um obreiro recebe 240 dólares, o que representa cerca de 14 mil cruzeiros, ou talvez hoje já mais. Sessenta por cento dos obreiros não pagam aluguel e quarenta por cento pagam apenas dez por cento do ingresso familiar.

Estes salários estão compreendidos entre 160 a 400 pesos. Quem ganha mais, ganha menos de 3 vezes daquele que ganha menos. Não existem em Cuba as distorções que existem aqui.

Também no aspecto econômico, saliente-se que a Ilha exportou, no ano passado, oito bilhões de dólares, quase a metade do volume de exportações do Brasil, contando com uma população apenas de dez milhões de habitantes.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Primeiro, quero dizer a Vossa Excelência que bastou Fidel Castro abrir um dia Cuba, para mais de dez mil pessoas abandonarem o paraíso que Vossa Excelência fala.

Quero dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência afirmou aqui na Casa que o Presidente do Congresso Nacional, Deputado Flávio Marcílio, está viajando à Rússia, acontece que este é um democrata convicto ...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Também o sou, nobre Deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Ele viaja ... mas Vossa Excelência é um representante das esquerdas ...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Segundo a vossa opinião.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência não é um democrata convicto, porque Vossa Excelência vem constantemente fazer apologias dos regimes esquerdistas, logo, não considero Vossa Excelência um democrata.

Agora, Vossa Excelência me chamou ao debate dizendo que veio aqui elogiar Cuba a meu pedido e a pedido do Deputado Gabriel Manoel. Vossa Excelência está dispensado. Primeiro, porque sou cristão e o comunismo nega Deus; segundo,

porque sou democrata e o comunismo escraviza os povos.

Fique Vossa Excelência com o regime cubano e nos deixe, deixe o Brasil viver, seguir o seu caminho, dentro daquilo que herdamos de nossos antepassados, que é o respeito a Deus, o respeito ao próximo, que é a livre liberdade. Inclusive liberdade de atacar o Governo e ainda receber para atacá-lo.

Vá Vossa Excelência em Cuba dizer o que Vossa Excelência diz do Governo brasileiro, vá dizer lá, para ver se Vossa Excelência vive um dia. Vossa Excelência não vai viver nem 24 horas! Se Vossa Excelência se portar da maneira como se porta aqui no Brasil, lá em Cuba.

Deixe-nos no regime da liberdade, das franquias democráticas e Vossa Excelência pode continuar fazendo apologia dos regimes esquerdistas.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, agradeço o aparte e devo informar que estas palavras que acabo de ler, são palavras do Deputado do PDS, Coronel Haroldo ... (Tumulto em plenário).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) (Faz soar os tímpanos).

Continua com a palavra Vossa Excelência.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Portanto, nobre Deputado Erondy Silvério ...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) (Faz soar os tímpanos). (Tumulto generalizado).

A Mesa suspende a sessão até que serenem os ânimos dos Srs. Deputados.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Reaberto os trabalhos, a Mesa concede a palavra, para continuidade do seu pronunciamento, ao Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estava eu, no momento do incidente, respondendo um aparte do nobre Líder do PDS. E lamento no momento a sua ausência.

No entanto, gostaria de esclarecer à Casa, de que se as palavras elogiosas que acabamos de ouvir, referente à "Ilha Proibida", de Cuba, não são de minha autoria, mas sim de autoria do Coronel, Deputado Federal, pelo Ceará do PDS, Haroldo Zanfoth.

Portanto, nós nos acreditamos democratas como Vossas Excelências e para tranqüilidade do nobre Líder, também poderá ouvir isso ao final, nas conclusões do nosso discurso.

Mas, permita-me, Sr. Presidente, continuar. Dizer que "entre os muitos pontos positivos e os poucos negativos que foram observados nesta visita, encontramos, por exemplo, no setor da saúde, os seguintes números:

16.000 médicos cubanos e 4.500 dentistas. Eles atendem a toda a população, em 255 hospitais, 378 policlínicas e 152 postos médicos rurais; e ainda 129 clínicas dentárias.

Complete-se a esta informação a de que esses 16.000 médicos cubanos, tiveram que ser multiplicados a partir dos 2.500 que restam após o triunfo daquela Revolução.

Formados pela única faculdade de então, de Medicina de Havana, que contava com 36 catedráticos, dos quais restaram apenas 6. E os Estados Unidos, haviam conseguido subtrair 2.500 dos 5.000 formados então.

Além disto subtraíram 30 catedráticos, dos 36 existentes. Utilizando a idéia de vincular a aprendizagem prática à aprendizagem teórica, o regime além de lançar mão do serviço didático de médicos engajados na medicina prática, teve ainda que transformar os alunos do sexto ano de medicina, em professores, aos alunos do quinto ano e assim sucessivamente.

Através desta fórmula, alcançaram uma formação médica

altamente capacitada e voltada principalmente às necessidades da saúde local, sem a costureira sofisticação teórica.

E assim efetivamente se fez a interiorização da medicina. Em cada um dos postos rurais, estão lotados 4 médicos, algo inimaginável, no Brasil de hoje. Elevaram para 85 por cento o índice de nacionalização e diminuíram o número de medicamentos, para 1.100.

Antes da Revolução, havia lá, cerca de 40.000 espécies de marcas de remédios.

No Brasil, atualmente, o número de medicamentos e marcas, supera aos 200.000.

Ainda na área da medicina, destaca-se outra iniciativa: 85 por cento dos partos são normais, são naturais.

Em Cuba assegura-se através dos médicos, às mulheres gestantes, internamento a partir do oitavo mês de gestação, em clínicas especializadas, visando prepará-las para o parto natural, dentro do ciclo maternal. Existem 60 destas clínicas, no momento.

E este é um ponto de orgulho, para os cubanos, ser esta medida, esta experiência, inédita no mundo.

No setor da economia, tudo é racionado, desde o cigarro até a gasolina.

Além da quota que é destinada a cada cidadão, este paga um preço muito mais alto pelo que quer adquirir, fora desta quota. O exemplo: - o cidadão tem direito a 80 litros de gasolina, ao custo de 15 cruzeiros o litro, por mês. Assim, desta quota, pagará 60 o litro, caso queira adquirir mais.

Esta poderia ser uma fórmula, para ser empregada, para a diminuição do consumo do combustível em nosso País. E sobraría o óleo combustível para a agricultura.

Os agricultores em Cuba têm óleo à vontade. Em uma só palavra, tudo que é básico para a vida, é garantido pelo Estado; e tudo que é supérfluo, é adquirido a um custo elevadíssimo. Uma garrafa de rum, por exemplo, custa 900 cruzeiros. E o preço de um litro de leite, não ultrapassa aos 6 cruzeiros.

Nota-se que o rum é produção nacional, enquanto que para o leite ainda existe a necessidade de adição, por intermédio da importação.

Isto prova que o critério na diferenciação dos preços é a de sua utilidade vital e social; prova também a superioridade alcançada por uma economia estritamente planejada em base social, comparada com uma economia baseada em base do lucro.

Com base nestes aspectos vistos em Cuba, o Governo poderia começar a caminhar para a solução das grandes dificuldades nacionais, através dos 5 itens, a saber:

- 1.º - Redistribuição das terras produtivas;
- 2.º - atração dos capitais estrangeiros, mas sob o rígido controle do Governo, no tocante à remessa de lucros;
- 3.º - controle populacional;
- 4.º - ampla reforma educacional;
- 5.º - reforma tributária que fortaleça os municípios.

Só assim, mesclando iniciativas socialistas e capitalistas, o Brasil poderá evitar a grande convulsão social inevitável, caso não sejam realizadas alterações em profundidade.

Estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e até aqui foram as observações feitas pelo ilustre Deputado Emílio Perondi, do PDS do R.G. do Sul, bem como adicionando às que já foram ditas aqui, pelos Deputados do PDS.

Em base a estas declarações, declarações feitas pelos ilustres Deputados pedessistas no Congresso Nacional, podemos observar que nem tudo em Cuba está revestido pelo manto negro, pelo qual tentam envolver a realidade daquele País.

Há os que desejariam, ao povo cubano, que lá grassasse a fome, que morressem de fome, desejariam que ali realmente caísse a desgraça, como foi o caso da sabotagem na plantação

de tabaco, feita pela Força Aérea dos Estados Unidos, quando, invadindo o espaço aéreo de Cuba, distribuiu, através do ar, bactérias que vieram fulminar toda a plantação de tabaco deste ano; há os que desejam a fome para aquele País e para aquele povo.

Mas, o feitiço parece que se volta contra o feiticeiro.

Muito pelo contrário, dentro do ponto de vista sócio-econômico, supera em muito a triste realidade em que estão submersos os povos do resto da América Latina.

E quero crer que as informações trazidas pelos integrantes da bancada do PDS, estão acima de qualquer suspeita, por razões óbvias.

Se fosse este parlamento que estivesse afirmando, provavelmente estas afirmações seriam tachadas de mentirosas e de comunistas.

E mais ainda, porque houve interesse pessoal do Presidente da República, João Baptista Figueiredo, em ouvir pessoalmente dos Deputados Emílio Perondi e Haroldo Sanford, de seu partido, o PDS, um relato fiel do que viram em Cuba, tanto é que o próprio Chefe da Nação os convocou para uma entrevista em Palácio.

E mais ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não está excluída a possibilidade de o Brasil reatar relações diplomáticas com Cuba, rompendo assim com o mito e o tabu com que era e está sendo, até então, visto o regime político de Fidel Castro.

E por falar em regime político, este Parlamentar estranhou profundamente a semelhança ao atual regime político brasileiro em alguns aspectos, com a única diferença no delineamento dos objetivos e metas a serem alcançados.

Senão vejamos, Sr. Presidente: a semelhança do processo eleitoral em Cuba e no Brasil. A Lei Falcão, sob cuja limitação fomos eleitos para este Parlamento, no tocante a propaganda política e sua difusão, através dos meios de comunicação, parece ter, inclusive, sido de inspiração cubana.

O Poder Executivo a nível municipal, provincial e nacional, obedece o processo das eleições indiretas também. Assim é que Fidel Castro é eleito como primeiro Ministro, de 2 em 2 anos, pela Assembléia Nacional do Poder Popular, semelhança do nosso Congresso.

Assim também é eleito todo o Conselho de Ministros e o Conselho de Estado.

Também em Cuba existe a cassação de mandatos parlamentares, só que o direito de cassação não compete ao Poder Executivo nem às Forças Armadas; mas, compete ao Colégio Eleitoral que foi responsável pela eleição do Parlamentar a ser punido.

Assim é que um vereador que foi eleito por um determinado quarteirão, o que corresponde a um distrito eleitoral, deve, constantemente, prestar contas de seu trabalho parlamentar a esse Colégio Eleitoral, que, não satisfeito com seu desempenho, o destitui e elege outro, no prazo de 6 meses.

Portanto, também lá existe a cassação de mandatos.

E pesa ainda mais a diferença porque os motivos para tal ato punitivo estão estribados na negligência, na inação, na desonestidade do Parlamentar e não em conceitos subjetivos de uma doutrina de segurança nacional, como ocorre em nosso País.

Além disso, o distrito eleitoral, como tal, tem o poder de cassar mandatos de parlamentares. Deixa simplesmente de preencher uma função puramente eleitoral, para garantir uma maioria partidária num outro parlamento, para, em vez disto, preencher a função de controle e fiscalização sobre a atividade dos parlamentares.

Parece-me também que, nesse aspecto, estaremos copiando uma fórmula já existente em outros países, bem como em Cuba.

Só que sem as características funcionais há pouco mencionadas, com as quais se reveste o mesmo processo vigente em Cuba.

Assim também no aspecto partidário: encontramos lá um único partido existente, que é o Partido Comunista, integrado por 200.000 militantes, preenchendo uma função meramente ideológica, doutrinária, sem disputar eleições. Isso porque, segundo eles, os cubanos, conforme informação a nós dada, dentro do processo da democracia burguesa, como dizem eles, é na disputa eleitoral que os partidos perdem a sua função ideológica, descendo ao nível, ao campo da corrupção eleitoral, corrompendo, a uma só vez, candidatos e eleitores.

E o que é pior, comercializando consciências para assim garantir uma maioria parlamentar de onde emanaria, ou emana o poder.

Diante dessa realidade, afirmam os cubanos, "comunismo não é criar consciência com o dinheiro, si não criar riquezas com as consciências".

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no campo político, observamos, como democratas da Oposição, semelhanças e diferenças que, desde logo, destoam diante do postulado democrático do mundo ocidental cristão, ao qual pertencemos.

Em ambos os regimes, o brasileiro e o cubano, existem limitações no exercício do poder. E como democrata da Oposição, no Brasil, registramos essas diferenças, bem como as semelhanças.

Em que pese a nossa posição contrária a qualquer tipo de regime de força, não podemos, a bem da verdade, dizer que o regime cubano fracassou, diante das metas a que se propôs, quando, em 1959, um regime de força substituiu o regime ditatorial de Fulgêncio Baptista, mediante um pacto popular, comprometendo-se a resolver os problemas seríssimos e vitais da saúde, da educação e outros problemas mais, oferecendo garantia para um nível de vida melhor.

E é por isso que acreditamos, como democratas, que tem força moral e apoio popular para, paulatinamente, constituir-se num regime cada vez mais democrático.

E é este o aparte que levamos a partir do nosso testemunho e inspirado nos nossos princípios democráticos, que deveria aquele regime também deixar de lado os seus aspectos de exceção e constituir-se aos poucos, numa democracia.

E, dizemos ainda, quanto mais possível for a democracia em Cuba, maior possibilidade há para os atuais governantes continuarem na frente do Poder.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

É estranhável que nos parlamentos brasileiros tenha-se uma posição irredutível quanto ao caminho político da humanidade.

É indiscutível, cientistas, filósofos, sociólogos, altas capacidades que interpretam os rumos políticos da sociedade, declaram que, o conduto natural será o socialismo, no mínimo um socialismo.

Eu não vejo nenhuma mácula, em que as idéias socialistas, como é o caso de Cuba, lá o regime é socialista, até porque, tenho conhecimento de que há fazendeiros privados ou há propriedades privadas em estado de produção.

O que se não permite lá, em Cuba, é o excesso de lucro que o alto capitalismo apregoa, massacrando vidas humanas, complicando até mesmo a dignidade que é um mandamento divino — a preservação do direito, a busca da igualdade entre os homens, da respeitabilidade, da moralidade, — tudo isto faz parte deste programa de avanço dentro do regime socialista.

Eu confesso, gostaria de viver num regime onde o massacre à pobreza não existisse, como hoje nós vemos no capitalismo, pelo menos no Ocidental.

E, na verdade, confesso que sou um admirador profundo, não só do Fidel Castro, mas de todos os homens socialistas que são sinceros à filosofia e à doutrina socialista.

Não vejo nenhuma razão para se excomungar tanto os democratas como os comunistas, como os socialistas, é uma questão de formação, de idéia, de desprendimento e até, de foro íntimo de cada um, de formação. Problema de natureza profundamente espiritual e filosófica.

Por esta razão, quero cumprimentar a Vossa Excelência não só pela coragem de ter ido à Cuba, mas também, de observar com outros parlamentares até do PDS, a vida daquele povo. Porque nós temos até necessidade de ter um relacionamento maior, até por uma questão diplomática, quando não de natureza política.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo após responder ao aparte do Deputado Fidelcino Tolentino, concedo o aparte ao Deputado Quiesse Crisóstomo.

Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, já dizia Tailor Shardin: "tudo que converge, sobe".

Não podemos evitar que as idéias converjam, não podemos através do isolamento, do bloqueio, do fanatismo, do fechar-se em si mesmo, seja dentro de um sistema ou seja dentro de outro, impedir que neste enclausuramento as idéias venham realmente a convergir.

Nobre Deputado, também eu como cristão, tenho profunda admiração por aquilo que se logrou naqueles países. Tenho razões bem mais profundas para discordar do regime comunista, mas, não posso deixar de admitir, as verdades que emanam daquela realidade.

E tive, inclusive, a feliz oportunidade de pregar na Igreja Metodista de Havana, onde com toda a força dos meus pulmões eu disse da minha discordância do materialismo histórico.

E até o presente momento, pelo menos até sair de Cuba não houve restrições.

E estava comigo naquele mesmo Templo que me levou até lá, um professor de história das religiões, da Universidade de Cuba, que é ao mesmo tempo membro integrante e militante do Partido Comunista.

Tive também, nobre Deputado, a experiência inédita de conviver num acampamento de voluntários cristãos batistas, que ofereceram seus trabalhos de férias para plantar cana de açúcar.

E lá se encontravam também cinco militantes do Partido Comunista.

E o diálogo na comunhão de mesa foi dos mais interessantes, embora nenhum concorde com o outro.

Mas, antes de conceder o aparte, para que não se distancie muito, gostaria de dizer o seguinte: que no Brasil quando em 64 se impôs através de um aquartelado o regime também de força, que também fez um pacto popular para combater a corrupção através da marcha pela Família com Deus, pela Família e pela Liberdade, de resolver o gravíssimo problema da dívida externa recolhendo ouro; os graves problemas sociais; resolver os problemas fundiários através do IBRA, e chega após 16 anos de sua instalação sem cumprir com este pacto, e pior. Com o agravamento dos problemas a que propunham resolver.

Portanto, diante deste compromisso assumido, está moralmente falido. E por carecer de credibilidade e confiança popular, tenta promover a chamada "Democracia possível", possível quer entender para os interesses do próprio Governo. E dada a falta de apoio popular e credibilidade moral, quanto mais possível for a democracia, mais impossível se torna para o Governo, a sua continuidade no Poder.

O Sr. Quiesse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Concedo o aparte ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) — A Mesa informa ao orador que se encontra na tribuna que o seu tempo está esgotado e Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Concedo o aparte ao Deputado Quielse Crisóstomo, por meio minuto para depois concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Só para dizer-lhe que realmente o Deputado Tolentino foi feliz no aparte quando disse que Vossa Excelência teve coragem de ir a Cuba, porque Vossa Excelência pelo que nós sabemos de Cuba, poderia ter sido morto. Porque o regime das oposições em Cuba não permite mesmo que exista o sofrendor, o pobre, o classe média que existe no Brasil, porque lá os adversários do regime são também tratados no paredão.

Então, evidentemente uma forma de acabar com o sofrimento e evidentemente nós respeitamos e nós recebemos a informação de Vossa Excelência com certa alegria, porque Vossa Excelência diz que Cuba caminha para a democratização. E se verdade é e acreditamos nas suas declarações, que permitiram que Vossa Excelência primeiro entrasse e saísse do País com vida, que já é uma grande evolução na democracia de Cuba, permitir que um brasileiro, parlamentar entre e saia com vida de Cuba, e chegue até a falar. Vossa Excelência disse que chegou até a pregar religião.

É uma pergunta que eu ia fazer, se lá existe isso, se existe religião em Cuba, mas Vossa Excelência já disse, já me respondeu.

Então eu me parabanizo com Vossa Excelência, não porque preocupa-me a sua posição parlamentar, porque jamais Vossa Excelência haveria de abdicar da sua posição como democrata para copiar Cuba. Mas vejo que a sua missão foi em Cuba informar de que a medida em que eles se aproximam do regime brasileiro, e nisso eu estarei com Vossa Excelência; se eles realmente aproximarem-se do nosso regime, nós haveremos de um dia estar com Cuba, não nós com eles, sim, eles conosco.

Portanto, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e felicitá-lo porque está entre nós com vida.

Parabéns, nobre Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Deputado, agradeço o seu aparte e gostaria de dizer que me esforcei bastante em encontrar também ...

(DEPUTADO GABRIEL MANOEL INTERROMPE O DEPUTADO GERNOTE KIRINUS, COM PRONUNCIAMENTOS PARALELOS, ININTELIGÍVEIS).

O SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) — No horário reservado a Liderança do PMDB, esta Mesa concede os dez minutos restantes ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Estamos enfrentando uma situação cada vez mais difícil no País. Nosso Estado hoje pode ser um exemplo: os professores do Paraná encontram-se paralisados e lutam pela reforma da educação.

Na verdade, é a reforma da educação que é o fundo real da parede do magistério do Paraná. Não são apenas os vencimentos, embora importantes para o sustento e as condições de vida do pessoal da educação.

Ao mesmo tempo, milhares de lavradores clamam por indenizações justas de suas terras inundadas. Clamam por

justiça e paz.

Um milhão de "bóias-frias" encontram-se em situação desesperadora, mas não constituem preocupação do governo do Estado já que o assunto é da alçada do governo da União, "pertencem" os "bóias-frias" à competência do Programa Social do Governo Federal, ao Ministério do Trabalho.

Os suinocultores gritam por melhores condições à produção e apontam quais são os responsáveis pelo alto preço no consumo e os baixos preços na fonte produtora.

O Estado joga a competência para o Ministério do Planejamento e o Ministério da Agricultura.

Os funcionários públicos levaram um susto com o Plano de Reclassificação dos servidores do Executivo, que privilegia os altos cargos, dá vantagens especiais aos cargos de confiança e rebaixa as condições de vida dos pequenos funcionários, retirando-lhes até o PAS.

Os agricultores gritam por sementes de milho e feijão, mas ninguém sabe onde estão escondidas, nem existem providências estaduais; a competência é da União e ela não ouve esses reclamos.

O Governo do Estado mantém inúmeros funcionários e técnicos sob regime de contrato especial, com altos salários, mas na hora em que o grosso dos servidores celetistas pleiteia o reajuste semestral e as obrigações legais do Governo, este tira o corpo fora, fraudando a lei.

Parece que entramos numa derradeira etapa do regime político brasileiro.

Ao lado do autoritarismo, da ditadura das elites, entramos na fase do desgoverno, do descontrole da economia e da vida social. E, sem a existência de um canal forte de ligação política da sociedade: os partidos desautorizados, sem eleições, com o AI-6 em vigência através do aliciamento da maioria no Congresso Nacional.

Nesse clima de desgoverno, a caminho do caos social, o Secretário da Educação, Sr. Edson Machado, contrata os canais de televisão em horário nobre para dizer que os professores vão ficar ricos. Vão receber Cr\$ 60.000,00 por mês e que chegarão a fabulosos ordenados, verdadeira orgia de salários.

E. Sua Excelência, como o grande Chefe da Educação, diz que os professores podem dar mais do que 22 horas de aulas semanais.

Eu, sinceramente, duvido que um professor de bom nível, consciente possa mecanizar-se para dar 44 horas de aula por semana.

Creio que lutar pela educação é levar em conta que a direção da aula, o estudo, a preparação fazem parte da carga horária do professor. Talvez o Sr. Secretário já esteja pensando no professor-máquina, no professor apostila, como padrão ideal para a educação.

Agora, nas faculdades estaduais aparece o outro lado da questão: o Governo que combate a greve dita ilegal, ilegalmente não está pagando os celetistas conforme as leis do País.

Este episódio da parede dos professores é apenas uma ponta do enorme iceberg da educação brasileira. Uma parte do agravamento dos problemas sociais do País, sob um Governo inepto."

Com relação ao problema das universidades, encaminhamos à Mesa um requerimento endereçado ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga, ao Sr. Edson Machado, Secretário da Educação e a Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura, solicitando esclarecimentos sobre a situação dos funcionários, professores e técnicos. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às seguintes autoridades: Excelen-

tíssimo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Edson Machado de Souza, Secretário Estadual da Educação e Excelentíssimo Sr. Reinhold Stephanes, Secretário Estadual da Agricultura, solicitando esclarecimentos sobre a situação dos funcionários, professores e técnicos dos seguintes setores: Universidades, faculdades Estaduais e o IAPAR — Instituto Agrônomo do Paraná, sede Londrina, além de outras entidades onde existem servidores regidos pela CLT, que não estejam com seus vencimentos em dia e sobre as razões deste atraso.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1.980.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Universidade Estadual de Londrina, a Fundação Universidade Estadual de Maringá e o Instituto Agrônomo do Paraná, com sede em Londrina, não vêm cumprindo com o que determina a lei, referente ao 2.º reajuste anual.

Professores, técnicos e funcionários das referidas entidades estão a exigir o pagamento do segundo reajuste anual a que têm direito por força de lei, cujo prazo expirou sem que o governo tenha cumprido essa determinação legal.

Na Universidade Estadual de Londrina - UEL, mais de mil pessoas, entre professores e funcionários, elaboraram um abaixo-assinado, o qual foi entregue ao Magnífico Reitor, no qual solicitam o pleno cumprimento da lei, pois o reajuste salarial previsto para setembro não foi efetuado, tendo o Sr. Secretário de Planejamento do Estado, manifestado opinião contrária ao pagamento, alegando ser a Fundação uma entidade de caráter público.

Ora, a entidade é de caráter público, mas o vínculo empregatício não é estatutário e sim regido pela CLT. Diante desse quadro, os servidores da Universidade Estadual de Londrina entraram com ação na Justiça, sendo a primeira audiência no dia 30 do mês em curso.

No Instituto Agrônomo do Paraná, a mesma situação. Funcionários e técnicos do órgão exigem o cumprimento da lei que determina reajustes semestrais. A EMBRAPA e a ACARPA, órgãos com características iguais ao IAPAR, já cumpriram o que determina a lei.

Em Maringá, professores e funcionários da UEM enfrentam o mesmo problema e a ADUEM — Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá entrou com recurso na Justiça do Trabalho.

Outras entidades do Estado vivem o mesmo problema, daí o apelo que fazemos às autoridades do Paraná".

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de aditar ao pronunciamento de Vossa Excelência, que já no início de agosto, a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá, a ADUEM entrou já na Justiça, e numa atitude que foi acompanhada por Londrina, exatamente, objetivando uma definição do Poder Judiciário, a respeito da situação dos Celetistas, que têm o ônus da CLT, mas não têm os seus benefícios; não têm os benefícios do Estatuto dos Funcionários Públicos, mas têm os seus ônus.

Parece-me que é uma forma inclusive pouco ética do Poder Público, em tratar e dimensionar o problema dos seus funcionários. Porque se lança mão da CLT numa forma de agilizar o serviço público, é preciso também que o servidor, amparado pela CLT receba os benefícios que a CLT prevê. E aí Vossa Excelência percebe que é uma transferência de responsabilidade: enquanto a CLT não tem direito; enquanto o servidor público não tem direito. E sempre a parte do leão fica com o Governo do Estado.

Era o aparte.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado, nobre líder, pelo aparte, e lembrando que outras entidades do Estado vivem o

mesmo problema. Daí o apelo que fazemos ao Excelentíssimo Sr. General Ney Braga e aos Secretários da Educação e da Agricultura.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa consulta a Liderança do PP, se deseja fazer uso do seu horário. Tendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Havendo declinado, no horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A tranquilidade registrada na maioria dos municípios brasileiros, em que se realizaram as suas convenções partidárias, desta feita pelo PDS, foi notada pelo agrupamento e pelo entrosamento de todas as correntes, na maioria de seus municípios.

Entretanto, em poucas comunidades brasileiras, houve alguns pequenos atritos, em outras até mortes foram registradas.

Aqui na nossa cidade de Assaí, onde houve um grande tumulto, registrou-se hospitalizações, exemplo também da cidade de Barreiras, Estado da Bahia, onde um ex-Prefeito baleou o atual Prefeito na hora da votação.

Mas, prevendo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós solicitamos do Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, que enviasse forças policiais à cidade de Medianeira, Estado do Paraná, onde rumores davam conta de que poderia, naquele município, registrar-se alguns tumultos, ou até mesmo, tiroteios entre as alas que concorreriam à Convenção do PDS.

A ala do Sr. Prefeito Municipal, que há onze anos governa o município, e não quer sair, não queria perder de maneira alguma, sob pena sim, se registrasse resultados contrários, já havia preparado para anular a própria eleição; e a corrente liderada por amigos meus e de outros Srs. Deputados que compõem este Legislativo, querendo não ser mais um donatário para ficar mais de onze ou doze anos sob a testa da Prefeitura Municipal que a própria Constituição diz que se deve renovar os mandatos de quatro em quatro anos.

Mas, por força de uma lei criada, Medianeira é Área de Segurança Nacional, ou mais especificamente, Faixa de Fronteira, e para lá foi mandado um Prefeito que, surpresa grande foi a minha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ler no dia 7 deste mês, o jornal "A Folha de Londrina", o Prefeito acusa Deputado de ir com jagunços à Convenção do PDS; e este Deputado é o que vos fala, que é acusado de comparecer àquela Convenção acompanhado de 4 jagunços.

Naquela oportunidade, eu entrava na Convenção com amigos comerciantes, despachantes de trânsito, e acompanhado também por um cidadão doente do coração, que eu levava para votar, e foram tachados de jagunços.

Mas, jagunço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o próprio Prefeito de Medianeira que invadiu as terras pertencentes ao Parque Nacional do Iguaçu, quando outros, que são legítimos proprietários daquelas terras, e detentores de escrituras públicas, nunca fizeram o que o donatário Luiz Bonato tem feito: invadir terras dos outros, consideradas do Governo pelo Acordo Internacional Brasil - Argentina, que o considera como Parque Nacional do Iguaçu.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje é a primeira vez que estamos nesta tribuna, para denunciar um companheiro do Partido. Mas, esta denúncia, pelo pequeno espaço que temos no Horário da Liderança, não poderá ser abordada em sua totalidade, mas em parte, porque são inúmeros os processos que existem no Cartório local e na própria Procuradoria Geral da República.

Em Medianeira, há poucos anos atrás, o Tribunal de Contas do Estado não aprovou as contas municipais. E o medo de que o próprio Legislativo Municipal não as aprovasse, tocaram fogo na Prefeitura. Incendiaram a Prefeitura de Medianeira, ninguém sabe quem o fez, não ficou comprovado. Mas, no Nordeste, conhecemos aqueles que mandam matar e matam os matadores com queima de arquivo, queima de processos também, incendiando-se uma Prefeitura Municipal, porque, depois, as provas são cinzas e nada poderá ser concreto.

É o que acontece em Medianeira. Acreditamos até que o Sr. Governador Ney Braga não tenha profundo conhecimento da causa de Medianeira, de seu povo, porque, democrata como é, já teria agido — temos certeza absoluta.

Mas agora, durante as convenções, disputávamos através da imprensa, a rádio local dava a cada uma das chapas concorrentes, quinze minutos.

E o Prefeito disse: "Mesmo que eu perca a convenção, da Prefeitura não saio, porque se eu quiser, fico mais 20 anos".

Será que estamos no Brasil que entra para redemocratizar sua Pátria? Ou será que vamos continuar com os donatários da vida e toda uma população, Srs. Deputados, vivem num clima de intranquilidade. Porque, aqueles que deram o nome para participar da nossa chapa, a chapa "Vez do Povo", muitos deles vieram nos pedir para retirar seus nomes: um porque estava construindo um prédio, e o Sr. Prefeito ameaçou que não dava alvará para continuidade da construção.

Mas, acontece muito mais. Em Medianeira, existem construções novas que estão recebendo declarações da Prefeitura Municipal que já existiam desde 1965, burlando o IAPS, o antigo INPS que arrecadava. E a soma é enorme. E os habitantes daquele município, muito já querem testemunhar, para que se tome uma providência.

Estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não porque a "Folha de Londrina" e a população inteira toda sabe, porque nunca procuramos, jamais, perseguir aqueles que não estão do nosso lado, mas defendemos aqueles que querem perseguir os que nos defendem, os que nos acompanham.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quando aqui iniciávamos nosso mandato, trouxemos à tribuna desta Casa várias acusações que Vossa Excelência agora vem a desenterrar e trazer mais uma vez e reforçar, portanto.

É por isto que o felicito, porque a verdade, cedo ou tarde, por mais que se tente abafá-la, vem à tona. A verdade sempre será eterna.

Gostaria apenas de acrescentar e lembrar o fato de um proprietário de um açougue, que sentiu-se muito indignado, quando o Prefeito foi acertar uma conta de uma churrascada através de um recibo de atendimento a indigente, documento que inclusive Vossa Excelência tem em mãos.

E gostaria também de lembrar, se ainda se encontra lá um tal de "Orni", assim a população o apelidou, que é um estábulo para exposição da suinocultura, que nunca aconteceu em Medianeira, mas que todos os anos entra no Orçamento da Prefeitura.

Agora realmente, quer me constar que Bonato, famoso donatário de Medianeira, antes de ir para a Prefeitura, parece-me que foi um capataz de fazenda, e por incapacidade de capataz, foi transferido para Medianeira, um crime que realmente cometeu contra o povo de Medianeira e lá está há onze anos. Agora seria difícil inclusive tirá-lo de lá, porque garanto que o grande prejuízo seria no Cassino do lado de Porto Stroessner, no Paraguai. Obrigado, só isso.

Obrigado, só isso.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, estou vendo Vossa Excelência lutar por um

ideal, por uma verdade. Lutando, Sr. Deputado, para que o nome do digno Governador Ney Braga não seja empanado e que se faça justiça.

Agora, infelizmente, tem um "clã" no Paraná, que são useiros e vezeiros em procurar apaniguar, em procurar destruir o grande governo de Ney Braga. Como Vossa Excelência está neste momento, dizendo as verdades. É o que nós tínhamos que falar aqui, Sr. Deputado, como Vossa Excelência está falando, e como falaremos oportunamente, sem medo dos donos, sem medo dos escalões que se julgam donos do Poder, sem medo dos homens que, na calada da noite, fazem a trama para que os inocentes Deputados do PDS continuem sofrendo nas mãos dos pelegos deste Governo. Na mão dos homens ladrões, como disse Vossa Excelência.

Deputados com assento nesta Casa, mancomunados com elementos que querem ver o Governo destruído, que querem ver o Governo arrasado, querem ver a figura do ilustre Governador Ney Braga, dilapidada.

Então, é por isso que digo a Vossa Excelência, que tem meus parabéns, porque vemos hoje no DETRAN, um roubo escandaloso, e um Deputado nesta Casa, protegendo ladrão.

Protegendo ladrão, digo porque Vossa Excelência sabe que aquele moço quando foi seu colega de Secretaria, roubava escandalosamente, e hoje rouba nas carteiras, hoje rouba nas oficinas mecânicas e tem o beneplácito da Situação, tem o apadrinhamento dos seus cinco mil votos para transferir para um Deputado que se julga ser o dono do Governo.

Um Deputado que já alijou das notas governamentais, muitos Deputados e queira Deus que até o fim do mandato do ilustre Governador Ney Braga, também nós não sejamos alijados para fazer o gosto, para fazer a vontade soberana desses homens que não têm voto, só têm voto à sombra do Governo.

Esses homens que corrompem, esses homens que sabem perfeitamente que uma Comissão de Inquérito, manipulada e sabe perfeitamente que o batedor de carteiras não deixa recibo. Esses homens que estão a manipular o nosso Governo, estamos felindo, Sr. Deputado, estamos pedindo a Deus para que o mundo se acabe em açúcar, para morrermos doces.

Porque, infelizmente por causa de uma "teteinha" de quatro mil votos, um Deputado não se incomoda de corromper e arrasar com a nossa bancada.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para comprovar os desmandos acontecidos no Município de Medianeira, é prova também a imprensa da região, o jornal "Paraná", de maior circulação na região, Medianeira - corrupção denunciada.

Se nós somos denunciados por corrupção e temos convicção absoluta e estamos de consciência tranqüila que nada devemos, o primeiro passo que tomamos é nos defender pessoalmente perante a Justiça, convocando aqueles que, na tentativa de uma desmoralização pública, vai à imprensa denunciar o administrador municipal.

Mas, nós que assistimos ao longo de onze anos na região oeste paranaense, homem que é altamente apoiado, o homem que se diz que querendo, permanece mais vinte anos no Poder, que é considerado no seu município o verdadeiro Idi Amin Dada pois só falta beber o sangue e comer o fígado daquela população que lá reside.

Homem que ora é considerado com o próprio Somoza, que não mata mas proíbe os homens falarem. E nós sabemos que a maior arma que o homem tem, que o ser humano possui, é o direito à palavra, para expender, para explicar o que deseja, sob pena de acusar aqueles que devem e defender aqueles que, por certeza absoluta, são inocentes em qualquer sentido, quando uma denúncia aparece a público.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa informa que o tempo de Vossa Excelência está esgotado, e lhe concede mais um minuto para concluir.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento),

Serei breve, Deputado, exorcizadas as tentativas hoje de transposição de bancadas, queria tão somente colocar que Luiz Bonato, o donatário número um do Oeste do Paraná e que faz dupla com um não menos donatário de Guaíra, é de tradição já ter este tipo de comportamento. E me lembro aqui, que inclusive custou o mandato de um grande companheiro nosso, do Vereador Adolfo Mariano da Costa, que deveria estar aqui nesta bancada como homem de Oposição, porque quase chegou lá e é um dos primeiros suplentes do partido e que tem sido hostilizado cotidianamente na sua vida particular, social, econômica, por este cidadão que mal conduz Medianeira e que atrapalha a vida da área.

Por isso, Deputado, a mim não surpreende as denúncias contra Luiz Bonato, apenas até fico gratificado, sabendo que os agentes que estão a denunciar isto já se multiplicam, e temos mais um como Vossa Excelência, que deve parabenizar por essa colocação.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Termine, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na promessa de que em breve voltaremos para trazer a esta Casa mais denúncias.

Como disse, o nosso tempo é bastante curto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem Governamental n.º 64/80, que encaminha a esta Casa anteprojeto de lei que dá novos valores às Tabelas de Vencimentos do Funcionalismo Público Estadual.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a Mensagem).

MENSAGEM 64/80

Curitiba, 09 de outubro de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa a majoração de vencimentos dos servidores civis e militares do Estado, para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1981.

A anexa justificativa da Secretaria de Estados dos Recursos Humanos, em forma de exposição de motivos, demonstra com o devido detalhamento, a necessidade e oportunidade da medida proposta.

Tendo em vista os elevados interesses do Estado e a relevância da matéria contida no anexo plano de lei, solicito para sua apreciação, a forma prevista no § 3.º do Art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que o anteprojeto de lei ora encaminhado a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A partir de 1.º de janeiro de 1981, as Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procura-

dor Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, passam a vigorar com os valores constantes dos Anexos I e II.

Art. 2.º — O valor unitário do salário família atribuído ao funcionalismo estadual, fica fixado em Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 3.º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 4.º da Lei n.º 7258, de 30 de novembro de 1979, fica fixado em Cr\$ 3.664,00 (três mil, seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 4.º — O valor da gratificação de regência de classe de que trata o art. 10 da Lei n.º 7099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em Cr\$ 58,00 (cinquenta e oito cruzeiros).

Art. 5.º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis n.ºs 6569, de 25 de junho de 1974; 6593, de 15 de agosto de 1974; 6641, de 04 de dezembro de 1974; 6787, de 31 de maio de 1976 e 7066, de 06 de dezembro de 1978, fica majorada em índice percentual igual ao atribuído por esta lei aos vencimentos dos cargos efetivos, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 6.º — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único — A média das vantagens instituídas pela Lei n.º 6212, de 19 de agosto de 1971, incorporada aos proventos de inativos, fica com seu valor acrescido do mesmo índice percentual atribuído por esta lei ao respectivo provento básico, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 7.º — É fixada em 7% (sete por cento) a partir da vigência desta lei, elevando-se para 8% (oito por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1982, a contribuição mensal em favor do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, dos funcionários estaduais, servidores autárquicos e demais filiados ao regime de pensão instituído pela Lei n.º 4766, de 13 de novembro de 1963, inclusive dos inscritos facultativamente ou em decorrência de convênios.

Art. 8.º — O benefício da pensão mensal pago pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, passa a ser correspondente a 60% (sessenta por cento) da retribuição sobre a qual estiver sendo calculada a contribuição na data do falecimento do segurado.

§ 1.º — As pensões já deferidas aos beneficiários serão recalculadas com base no módulo percentual fixado neste artigo e pagas com a majoração a partir da vigência desta lei.

§ 2.º — A pensão será reajustada sempre que houver concessão de aumento geral de vencimentos ao funcionalismo, com base nos mesmos índices utilizados para este.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I — TABELA I CARGOS EFETIVOS DO PODER EXECUTIVO

NÍVEL	VALOR
01	6.331,00
02	6.331,00
03	6.331,00
04	6.331,00
05	6.376,00
06	6.515,00
07	6.656,00
08	6.799,00
09	6.940,00
10	7.084,00
11	7.224,00
12	7.363,00

13	7.506,00
14	7.648,00
15	7.789,00
16	7.932,00
17	8.761,00
18	9.779,00
19	10.765,00
20	11.802,00
21	12.812,00
22	13.808,00
23	14.829,00
24	15.832,00
25	16.838,00
26	17.855,00
27	18.873,00
28	19.878,00
29	20.884,00
30	22.053,00

ANEXO I — TABELA II

a)	POLÍCIA MILITAR	
	Soldo do Posto de Coronel	31.893,00
b)	POLÍCIA CIVIL	
	Vencimento de Delegado de Polícia de 1ª Cl.	31.893,00

ANEXO I — TABELA III

COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO — CRE

a)	Agente Fiscal 1, Classe "C", Ref. IV	27.354,00
b)	Diretor da CRE (Em Comissão)	37.707,00

ANEXO I — TABELA IV

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

a)	PROCURADORES:	
	CLASSE	VALOR
	1ª	70.530,00
	2ª	63.593,00
	3ª	57.351,00
b)	ADVOGADOS:	
	1ª	46.116,00
	2ª	41.622,00

ANEXO I — TABELA V

ENGENHEIROS

	CLASSE	VALOR
	1ª	70.530,00
	2ª	63.593,00
	3ª	57.351,00
	4ª	51.734,00
	5ª	46.116,00

ANEXO I — TABELA VI

MAGISTÉRIO

	NÍVEL	VALOR
	01	9.916,00
	02	13.466,00
	03	16.106,00
	04	18.746,00
	05	25.415,00

ANEXO I — TABELA VII

PROFESSOR QUADRO ÚNICO

	CARGO:PROFESSOR	VALOR
	Licenciatura Plena — 22 horas	18.746,00
	Licenciatura Plena — 15 horas	13.158,00
	Licenciatura Plena — 10 horas	9.167,00
	Licenciatura Curta — 22 horas	16.106,00

Licenciatura Curta — 15 horas	11.358,00
Licenciatura Curta — 10 horas	7.965,00
Não Licenciado — 22 horas	13.465,00
Não Licenciado — 15 horas	9.558,00
Não Licenciado — 10 horas	6.766,00

ANEXO I — TABELA VIII

CARGOS EM COMISSÃO

DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

a).

SÍMBOLO	VALOR
1 - C	31.126,00
2 - C	28.746,00
3 - C	26.536,00
4 - C	24.511,00
5 - C	22.645,00
6 - C	20.920,00
7 - C	19.360,00
8 - C	17.901,00
9 - C	16.573,00
10 - C	15.325,00
11 - C	14.219,00
12 - C	13.158,00
13 - C	12.196,00
14 - C	11.319,00
15 - C	10.516,00

b).

DAS 1	73.548,00
DAS 2	66.969,00
DAS 3	60.992,00
DAS 4	53.631,00
DAS 5	41.486,00

ANEXO I — TABELA IX

FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

SÍMBOLO	VALOR
1 - F	3.986,00
2 - F	3.384,00
3 - F	2.984,00
4 - F	2.395,00
5 - F	2.189,00
6 - F	1.787,00
7 - F	1.388,00
8 - F	1.198,00
9 - F	978,00
10 - F	794,00

ANEXO I — TABELA X

PESSOAL EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO

NÍVEL	VALOR
01	6.331,00
02	6.331,00
03	6.331,00
04	6.331,00
05	6.376,00
06	6.515,00
07	6.656,00
08	6.799,00
09	6.940,00
10	7.084,00
11	7.506,00
12	7.836,00
13	7.941,00

14	8.058,00
15	8.974,00
16	9.859,00
17	10.909,00
18	11.959,00
19	12.994,00
20	14.038,00
21	15.094,00
22	16.150,00
23	17.193,00
24	18.237,00
25	19.267,00
26	20.309,00
27	21.369,00
28	22.413,00
29	23.465,00
30	24.508,00

**ANEXO I — TABELA XI
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

NÍVEL	VALOR
18	11.785,00
17	12.733,00
16	13.765,00
15	14.890,00
14	16.518,00
13	18.674,00
12	19.577,00
11	21.214,00
10	23.412,00
09	25.977,00
08	28.541,00
07	32.387,00
06	35.196,00
05	38.283,00
04	41.670,00
03	45.395,00
02	46.606,00
01	52.164,00

**ANEXO I — TABELA XII
TRIBUNAL DE CONTAS**

CARGO	SIMBOLOGIA	VALOR
Técnico de Controle Externo	TC 100.5	47.415,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.4	40.167,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.3	32.643,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.2	26.352,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.1	23.479,00
Auxiliar de Plenário	TC 200.2	22.728,00
Auxiliar de Plenário	TC 200.1	21.873,00
Oficial de Controle	TC 300.5	20.949,00
Oficial de Controle	TC 300.4	19.651,00
Oficial de Controle	TC 300.3	17.941,00
Oficial de Controle	TC 300.2	16.231,00
Oficial de Controle	TC 300.1	15.547,00
Auxiliar de Controle	TC 400.3	14.864,00
Auxiliar de Controle	TC 400.2	13.495,00
Auxiliar de Controle	TC 400.1	11.785,00
Auxiliar Administrativo	TC 500.3	10.930,00
Auxiliar Administrativo	TC 500.2	9.871,00
Auxiliar Administrativo	TC 500.1	8.025,00

ANEXO I — TABELA XIII

PODER JUDICIÁRIO

CARGO	VALOR
Assistente Jurídico PJ TJ-1	38.631,00
Assistente Jurídico PJ TJ-2	42.791,00
Assistente Jurídico PJ TJ-3	47.415,00

PARTE SUPLEMENTAR

Assessor de Imóveis	46.058,00
---------------------	-----------

ANEXO I — TABELA XIV

TRIBUNAL DE ALÇADA

CARGO	VALOR
Assistente Jurídico PJ TA-3	42.466,00
Assistente Jurídico PJ TA-2	39.026,00
Assistente Jurídico PJ TA-1	35.586,00
Assistente Técnico Administrativo PJ TA-2	39.026,00
Contador PJ TA-1	35.586,00

ANEXO II — TABELA I

MAGISTRATURA

CARGO	VALOR
Desembargador	120.804,00
Juiz do Tribunal de Alçada	114.820,00
Juiz de Entrância Final e Auditor da Justiça Militar	107.506,00
Juiz de Entrância Intermediária	96.879,00
Juiz de Entrância Inicial	87.307,00
Juiz Adjunto	78.690,00

ANEXO II — TABELA II

TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VALOR
Conselheiro	120.804,00
Auditor	108.839,00
Procurador junto ao Tribunal de Contas	108.839,00

EM COMISSÃO

Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas	120.804,00
--	------------

ANEXO II — TABELA III

MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VALOR
Procurador Geral da Justiça (em comissão)	120.804,00
Procurador da Justiça	114.820,00
Promotor de Entrância Final	107.506,00
Promotor de Entrância Intermediária	96.879,00
Promotor de Entrância Inicial	87.307,00
Promotor Substituto	78.690,00

— Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal 36 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 86/80, de autoria do Deputado PINTO DIAS, que autoriza o Poder Executivo a denominar "ARNALDO FAIVRO BUSATO", o Posto Estadual de Saúde da cidade de Paranavaí, Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Com emenda de Plenário. Em votação a Emenda. — Aprovada. Em votação o projeto. — Aprovado.

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 92/80, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. nº 41/80), que cria cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.R.H., e C.F. por unanimidade. Com Emendas de Plenário. Em regime de urgência.

Em votação a Emenda nº 01 — Aprovada.

Em votação a Emenda nº 02. — Aprovada.

Em votação o Projeto. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 170/80, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que concede título de cidadão honorário do Paraná ao Engenheiro Karlos Rischbieter. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 48/80, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que denomina de PROFESSOR VALDEVINO LOPES a Unidade Escolar de 1º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.I.P., por maioria. Em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 110/80, de autoria do Deputado JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. ALÉSSIO VAZ PRIMO. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 181/79, de autoria do Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, que dá nova redação ao artigo 53 da Lei Complementar nº 02, de 18/06/73. (Lei Orgânica dos Municípios). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 40/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marialva, com a finalidade de consultar a população para a criação do Município de SARANI. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 47/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Altônia, com a finalidade de consultar a população para a criação do Município de SÃO JORGE.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, devidamente apoiada, no seguinte teor. (Lê):

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL Nº 01

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47/80

Art. 1º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área a seguir descrita, do território do Município de Altônia, para o fim de ser consultada a respectiva população sobre a conveniência de ser criado o Município de SÃO JORGE DO PATROCÍNIO:

— começa no Rio Paraná, na foz do Rio São João e sobre por este até a foz do Córrego São Vicente, até sua cabe-

ceira, daí pela divisa entre os lotes 228 e 229, até encontrar a estrada São Henrique; daí em direção geral do Leste, até encontrar a estrada mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia; por esta estrada, em direção geral do Nordeste, dividindo com o Município de Pérola, até o lote número 01; deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do Ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até a sua foz no Rio Paracá; por este abaixo até sua barra no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Rio São João, ponto de partida.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1980.

(a) PAULO CAMARGO

Apoiamto: Palácios, Augusto Carneiro, Leônidas Chaves, João Mansur e David Cheriegate.

Em votação a Emenda Substitutiva Geral. —

Aprovada, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 78/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 37/80), que denomina "GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO", a Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e da C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência.

PROJETO DE LEI Nº 78/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominada "GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO", a Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 06 de junho de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 78/80

P A R E C E R:

A Mensagem número 37/80, de iniciativa do Poder Executivo, que denomina de "GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO" a Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, reveste-se de um profundo caráter de justiça. Uma das empresas de maior importância dos tempos modernos do Brasil, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, nasceu da visão administrativa e projetada para o futuro do então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. A criação dessa empresa tão vinculada ao desenvolvimento econômico e social do Paraná, ocorreu com base na lei que instituiu o Fundo Estadual de Eletrificação e autorizou a constituição de sociedade de economia mista destinada a atuar no setor elétrico. Apoiado nessa legislação, o ilustre Governador Bento Munhoz da Rocha Neto assinou, em 1954, o Decreto dispondo sobre a criação da COPEL, constituída, afinal, em 1955, através da realização de uma Assembléia Geral.

Grandes foram as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos: de um lado, a COPEL assumiu a responsabilidade por precários serviços de energia elétrica em algumas localidades, de outro, a insuficiência dos recursos financeiros efetivamente destinados ao setor, limitava as possibilidades de adequado atendimento às crescentes necessidades do Paraná.

Até 1961, as deficiências do suprimento elétrico se agravavam dia a dia, tolhendo a ascensão econômica do nosso Estado, que apresentava os mais notáveis surtos de crescimento demográfico e de expansão agrícola do País.

A partir daquele ano, em decorrência das diretrizes do primeiro Governo Ney Braga, foi inaugurada a nova fase de eletrificação do Paraná, caracterizada pela revitalização da COPEL.

Isso ocorreu por força da ampliação dos recursos financeiros estaduais e da captação de empréstimos nacionais e estrangeiros, que possibilitaram o início de um relevante programa destinado à execução de obras urgentes e ao alcance de objetivos de médio e longo prazos.

A COPEL então, iniciou sua trajetória ascensional, assinalada por grandes empreendimentos. Além do vasto sistema de transmissão e distribuição que passou a cobrir progressivamente todo o Estado, foram construídas entre outras, as usinas "Júlio de Mesquita Filho" e Capivari-Cachoeira, posteriormente denominada "Governador Parigot de Souza", em justa homenagem ao realizador de tantas obras durante sua gestão à frente da empresa, de 1961 a 1970.

Na continuidade da ação iniciada no primeiro Governo Ney Braga, destacam-se: a construção da Usina de Salto Osório, por delegação da ELETROSUL, a concessão e a realização de Foz do Areia; e as concessões para a construção, também no Iguacu, de Segredo e Salto Caxias.

Por outro lado, em 1979, a COPEL ampliou seus objetivos sociais, com vistas a exercer atividades relativas a outras fontes e formas de energia, além de eletricidade, passando a denominar-se Companhia Paranaense de Energia.

O Governo do Estado a seu turno, em janeiro de 1980, ao instituir o Conselho Estadual de Energia, atribuiu à Empresa a coordenação de todos os programas do Plano Energético do Paraná.

Por essas razões, e mais, pela visão política, capacidade administrativa e honradez pessoal de Bento Munhoz da Rocha Neto, é justo emprestar o nome de tão insigne paranaense à maior obra da Empresa que o seu fecundo Governo gerou e que Ney Braga e outros governadores fizeram crescer de forma consagrada.

O ato é de justiça e este parecer favorável à sua aprovação, significa o seu pleno reconhecimento.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente
Airton Cordeiro, Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 78/80

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 37/80, de 06 de junho de 1980, o presente projeto de lei objetiva denominar "GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO", a Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia — COPEL.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou sobre a matéria, emitindo parecer favorável por ser um ato de justiça e significa o seu pleno reconhecimento.

Diante disto, esta Comissão não vê nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa, opinando, portanto, favoravelmente ao mesmo.

Nestas condições, pela APROVAÇÃO é o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente
David Cheriegate, Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, solicitando a retirada da Ordem do Dia e remetido à Comissão de Constituição e Justiça, para reexame, uma vez que a Usina Hidrelétrica Foz do Areia já teve nomenclatura definida pela Lei nº 01/80, promulgada pela Presidência desta Casa, denominando-a "USINA PRE-

SIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA". Em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Pela ordem) O meu requerimento é com o objetivo de que o projeto seja remetido novamente à CCJ, pois o projeto original denominava a Usina do Foz do Areia para Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Acontece que existe uma lei promulgada pela Assembléia, Lei número 01/80, que já denomina a Usina de Foz do Areia para Usina Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Então, parece-me e gostaria de solicitar o apoio também da Bancada do Partido Situacionista, para que a matéria volte à CCJ, para que se corrija, pois é regimental, o Art. 87, § 6.º do Regimento Interno permite isso.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Em votação o requerimento. — Rejeitado.

O SR. RENATO BERNADI — Requeiro de Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

21 Srs. Deputados rejeitam; 08 Srs. Deputados aprovam. Rejeitado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 78/80.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nada mais justo do que prestar uma homenagem ao ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que foi o criador da COPEL, o homem que realmente fez nascer no Paraná a Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Mais, nada mais justo, também, que a homenagem que o Paraná presta ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando denomina a Usina de Foz do Areia para Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

No nosso entendimento, houve um lapso por parte do Poder Executivo, quando encaminhou a esta Casa um projeto de lei querendo alterar o nome da Usina de Foz do Areia. Porque quando o Sr. Governador do Estado o remeteu a esta Casa, a Usina de Foz do Areia já não existia mais com este nome e sim, com o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira, lei essa que foi promulgada pelo Presidente da Assembléia e levou o número 01/80.

É de se estranhar, realmente, a posição da bancada do PDS, quando vota contrário ao nosso requerimento, que, pura e simplesmente, pedia que o projeto voltasse à CCJ, para que fosse feita a retificação, porque o projeto pede para a Usina de Foz do Areia e esta Usina, pela Lei número 01/80, deixou de existir com esse nome.

E o Paraná, sem partido, sem cor política, prestou uma homenagem ao Presidente que foi o incentivador da energia, do desenvolvimento deste País, o homem que dinamizou a Nação Brasileira.

Pediria então para que o bom senso, para que o altruísmo do povo paranaense representado nesta Casa, voltasse a rever essa situação e que o Governador do Estado retirasse esse projeto e que denominasse Bento Munhoz da Rocha Neto uma outra Usina da COPEL, pois a homenagem que queria se fazer a um homem ilustre, já foi feita a outro não menos ilustre que foi o Presidente JK.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Continua em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como relator desta matéria na Comissão de Constituição e Justiça, devo primeiramente manifestar a este Plenário que a referida Comissão, ao aprovar por maioria de votos o Parecer de nossa autoria, reconheceu a justiça da iniciativa do Poder Executivo.

Evidentemente que não há nenhum demérito à figura exponencial do ex-Presidente JK, como também não há nenhum aspecto irregular na iniciativa do Governo ao propor o nome do insigne paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto mesmo que promulgada pela Presidência da Casa, projeto de lei da autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

Porque, essa matéria aprovada pela Casa, sancionada pelo Sr. Governador, com força de lei, revogará toda e qualquer disposição que contrarie o estatuído nesta matéria que estamos apreciando.

Devo dizer que, ao momento de exarar meu Parecer, que obtive a maioria de votos da CCJ, especialmente moveu-me a intenção de prestar uma das homenagens mais justas a um dos brasileiros mais ilustres, a um dos paranaenses que honraram este Estado, a nível nacional, o ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Que nos perdoem aqueles que discordam desta nossa colocação, mas entendo que é necessário ao paranaense ter amor ascendido por aqueles que dedicaram suas vidas ao nosso Paraná.

É necessário que saibamos reconhecer, aqui dentro, os valores políticos, humanos, sociais e culturais de nossa gente. E esta manifestação tem, portanto, o caráter de prestar uma homenagem das mais justas a Bento Munhoz da Rocha Neto, foi ele quem concebeu a COPEL e, hoje, na crise de energia porque passa o mundo inteiro, nós podemos com muita exatidão, dimensionar a larga visão político-administrativa de Bento, no momento em que governou o nosso Paraná, há mais de 20 anos atrás.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não que haja qualquer desmerecimento ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, mas sobretudo, o sentimento de gratidão e de homenagem a Bento Munhoz da Rocha Neto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Encerrada a discussão, em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, é com prazer que me dirijo a Vossa Excelência, que na História deste Legislativo, por certo hoje, está marcando ineditismo de ser o mais jovem Presidente desta Casa ao longo da sua história.

Quanto à questão deste projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero antes de mais nada, para ser bem entendido, que não entro no mérito da homenagem a Juscelino Kubitschek ou a Bento Munhoz da Rocha Neto e, particularmente, ficaria com o último pela sua figura de paranaense e merecedor muito mais de uma homenagem que possa titular uma usina deste Estado.

Portanto, extraíndo o mérito de dois ilustres patrícios, é preciso dizer aqui, parece-me que esta Casa, aprovando este projeto do Executivo, está expondo o Legislativo do Paraná ao ridículo. Por que, Sr. Presidente, expondo ao ridículo?

Porque, no momento em que o Diário Oficial do Estado do Paraná, de 1.º de julho de 1980, nos atos do Poder Legislativo, faz publicar a Lei n.º 1/80, em que denomina a usina Juscelino Kubitschek de Oliveira à Usina de Foz do Areia, com a assinatura do Presidente Fabiano Braga Côrtes, este Legislativo titulóu, atendendo um requerimento de um dos seus membros exatamente a Usina Foz do Areia.

Por isso, Sr. Presidente, há que se de 1.º plano, levantar esta possibilidade de expor este Legislativo ao ridículo. Porque, se foi sancionada e com a publicação necessária, agora o Executivo vem sobrepor-se àquilo que o Legislativo definiu, é na verdade expor-se ao ridículo.

Porque, como chamarão aqueles que já tiveram conhecimento dessa publicação, a partir daqui a alguns dias? Usina Juscelino Kubitschek ou Usina Governador Bento Munhoz da Rocha?

Além de expor ao ridículo, Sr. Presidente, parece-me que, há necessidade de se alterar: 1.º — tirando-se o nome dado por este Legislativo à usina. A melhor técnica legislativa, haveria de trazer esse argumento. Porque se a melhor técnica legislativa imperar, 1.º se alteraria a denominação existente, para depois, batizar-se com nova denominação.

Por isso, Sr. Presidente, me parece que o bom senso está a indicar, não só a retirada, como também que o Executivo, humildemente, fizesse aqui um ato de respeito a este Poder. Porque independente de quem possa ter, fez o requerimento e este foi discutido e aprovado, a denominação teve sua publicação feita. Hoje, para os efeitos legais no Estado do Paraná, hoje a Usina Foz do Areia, chama-se Juscelino Kubitschek.

Vão alterar? Quem estará no ridículo? E onde ficará a melhor técnica legislativa?

Sr. Presidente, espero que o bom senso, que está acima das próprias preocupações causísticas ou altas indagações da filosofia jurídica, venha a imperar nesta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu peço o encaminhamento e serei breve.

Apenas, como membro ou Presidente da C.C.J., em que acompanhou de perto o trâmite, tanto da lei promulgada, quanto da lei ora votada e da lei arquivada, porque deve-se registrar de que tramitava paralelamente nesta Casa, três leis referentes ao assunto. Uma delas com a aprovação em Plenário e dependendo de promulgação; outra, a que agora votamos e uma terceira lei que pretendia dar o nome também justo, no meu entendimento de Arnaldo Busatto à mesma usina.

E dentre as três leis que tramitavam na oportunidade, a Comissão de Constituição e Justiça por alguns de seus membros, entendeu fazer um estudo para se saber qual seria o mais justo dos três nomes que se pretendia dar, todos eles ilustres nomes, que não tem demérito nenhum deles.

E entendeu-se que dado ao vínculo de ter sido o ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto um dos idealizadores e criadores da COPEL, cujo órgão é que construiu as usinas e já outras pessoas pioneiras na COPEL foram homenageadas, é que se entendeu continuar com a lei de Bento Munhoz da Rocha Neto para que fosse aprovada.

No entanto, um impasse legal surgiu, porque a lei que dava o nome de Juscelino Kubitschek já estava votada por este Plenário, dependendo e atrasada na sua promulgação, foi promulgada mas sem prejuízo nenhum no andamento da lei que ora votamos. E nós sabemos que toda a lei tem vigor na hora em que forem revogadas as disposições em contrário.

Por isso nada impede que se dê, se entendo de que é justo dar o nome de Bento Munhoz da Rocha Neto para aquela usina, como eu entendo que é justo, por isso votarei consciente não desprestigiando nunca este Poder.

Porque várias leis são feitas aqui e sempre obedecendo também um caráter de justiça. Se nós entendemos que é válido dar o nome de Bento Munhoz da Rocha Neto, eu voto conscientemente a favor desta lei. (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Em votação.
Aprovado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 78/80, queiram levantar-se. (Pausa) O Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

18 Srs. Deputados aprovam. 9 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Heinz Witttitz, ocorrido na cidade de Guaratuba. Aprovado — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 33.º aniversário do Município de Cambé. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo "Dia Internacional do Leonismo". Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, no sentido de estender a rede de água no Bairro Brasmadeira, em Cascavel. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Educação, Cultura e do Esporte, Superintendente da FUNDEPAR e Presidente da SANEPAR, encarecendo a construção de um muro, cancha de esportes e ligação de água na Escola Nossa Senhora Salette, no Bairro Brasmadeira, em Cascavel. — Em discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário do Interior, Prefeito Municipal de Maringá e Presidente da SANEPAR, encarecendo informações sobre o preenchimento das condições legais no processo que transferiu o serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150

do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à diversas autoridades, encarecendo esclarecimentos sobre a situação dos funcionários, professores e técnicos de diversos setores, onde existam servidores regidos pela CLT, que não estejam com seus vencimentos em dia e sobre as razões desse atraso. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Adia-se para a próxima sessão a discussão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros da Previdência Social e da Saúde, às Superintendências Regionais do Paraná, pleiteando instalação de uma Agência do FUNRURAL, no Município de Toledo. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Tóxicos, em forma de apelo no sentido da revogação da Portaria n.º 20/77 e promoção de campanha para uso de medicamentos manipulados em Farmácia. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Havendo declinado, está encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, com o apoio do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Auditoria Fiscal, do Tribunal de Contas do Estado, a fim de examinar as contas da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, referente ao corrente exercício financeiro. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Encerrada a discussão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.